

# O futuro da energia no Brasil e suas carências de gás natural

Cercados de muita especulação quando do encontro da OMC (World Trade Organization) em Doha, capital do Catar, durante certo tempo circularam como fato notícias da criação de um ‘Fórum dos Países Exportadores de Gás’, reunindo os maiores produtores de gás natural. Esse fórum seria um passo acelerado para a formulação das bases do que seria uma espécie de “Opep do gás”.

O propósito dessa nova associação era, e continua sendo, uma cogitação cheia de incertezas. Entretanto, os objetivos desse tipo de entidade não deixariam de ser premonitórios da formação de um cartel, com o objetivo de regular preços através do controle da oferta.

Para um mercado fortemente caracterizado pela desigualdade entre produtores e consumidores, por maiores que fossem as sutilezas que cercassem a iniciativa, era evidente que nem a Venezuela nem o Irã, os aparentes líderes do movimento, seriam os maiores beneficiários, já que a Venezuela tem pouca força política real e o Irã é importador líquido do produto.

O Irã, com deficiente infra-estrutura e sujeito a sanções pelos Estados Unidos em suas exportações, e a Venezuela comprometida com o mercado americano de petróleo, com prováveis limitações na disponibilidade de gás em futuro não muito distante, não se destacam como aspirantes à liderança do movimento.

A questão se delinea com mais realidade se considerado o interesse de países como a Rússia e a Argélia, ambos grandes produtores e com firme garra sobre o mercado europeu, no qual exercem crescente influência, explorando as contingências que diferenciam o petróleo e o gás como mercadoria, tendo em vista os usos a que se destinam.

Assim, a simples manipulação de preços perde precedência para o controle do comércio do gás natural, diante da possibilidade de uma competição descoordenada na disputa pelos mercados regionais, o que deveria antes gerar interesse no estabelecimento de bases para uma cooperação, benéfica para todos. O gás natural é valorado em função de preços relativos do petróleo e produtos derivados, e seus clientes têm objetivos diversos daqueles que motivam os com-



Antonio Bastos A. Sarmiento é advogado do Tauil, Chequer & Mello Advogados, associada à Thompson & Knight LLP.



pradores de petróleo, assim como os contratos de suprimento de gás são em geral negociados por períodos mais longos que os correntemente aplicados ao petróleo.

A eventual formação do cartel, entretanto, implicaria inicialmente reduzidos efeitos nos preços, já que, praticamente 80% do gás consumido nos Estados Unidos são de origem doméstica, e a maior parte da importação é originada no Canadá. O consumo do gás natural é também determinado pela facilidade de ser transportado em redes de dutos regionais, o que torna seu preço menos sujeito a grandes flutuações na oferta e demanda, como no caso do petróleo.

Mesmo se criado o cartel, nenhum dos prováveis e principais membros do grupo, Rússia, Venezuela, Irã, Indonésia, Argélia ou Catar, teria a musculatura política para vir a tornar-se uma força dominante, capaz de ditar normas ou exercer, isoladamente, influência significativa na configuração do mercado, a ponto de torná-lo realmente dependente do cartel.

A Europa tem tentado com pouco sucesso obter certa coesão entre produtores e consumidores de gás natural, havendo instituído um tratado (o European Energy Treaty) para discutir e regularizar o mercado de energia, para o qual não conseguiu a adesão da Rússia, dada a tendência desta última para a supremacia entre os seus vizinhos no fornecimento de gás natural, diante da redução da

produção da Noruega e dos conflitos potenciais em relação à confiabilidade da Argélia como produtor.

É chegada a hora, entretanto, em que o alcance do cartel do gás passaria a representar ameaça para o Brasil, sobretudo se a Bolívia e a Venezuela, e eventualmente o Equador, viessem a participar da entidade, já que o Brasil fica cada vez mais distanciado das condições necessárias para assegurar a satisfação da demanda interna atual e futura do produto por seus próprios meios.

Sendo amplamente possível encontrar em casa alternativas energéticas para o gás natural, tais como carvão, bio-renováveis e nuclear em sua função primordial na geração de eletricidade, dos quais o Brasil dispõe de recursos potencialmente consideráveis, resta esperar que essas soluções naturalmente se imponham, e venham a receber o suporte político indispensável para seu desenvolvimento.

No longo prazo, o aumento da demanda de energia, que possa resultar do crescimento incremental esperado em todas as projeções e cenários acalentados pelo governo e forças da produção, irá forçar a busca de soluções domésticas, diante das incertezas e custos da importação de gás natural liquefeito de procedências distantes ou regionais. Mas, a carência de energéticos no curto prazo ameaça o reaparecimento das mesmas vicissitudes por que passou o país, quando em extrema dependência do petróleo importado na década de 1970. ■